

Ao
CNRH e ANA

Atc Sra Presidente do CNRH
e Presidente do ANA

Brasília, 09 de agosto
de 2014.

As entidades e cidadãos abaixo assinados
vem reivindicar que seja dado prossequi-
mento aos atos de implementação dos
instrumentos de gestão dos Baños do rio
Paranaíba e da margem direita do rio
Araguaia, em especial os Baños dos
rios Teles Pires, Juruena e Tapatós que ora
estão sob grande impacto de diversos
projetos aproveitamentos, mineração e
hidroelétricos. Que seja retomada a partici-
pação de sociedade civil na comissão de
acompanhamento do Plano de Baías da
margem direita do rio Juruena,

<u>Nome</u>	<u>entidade</u>	<u>e-mail</u>	<u>identidade</u>
João Amorim	ICV/Forums	João.Amorim@ICV.org.br	15.110.616-2
Renato Villello Junisamuto	Forum Juruena vivo	renato_villello@hotmail.com	2145626-7
Audrey da Cunha	OPAN	audrey@amajournal.org.br	23.306.656-4
Milton Manoel C.C. Filho	Fórum Teles Pires	milton_manoel@hotmail.com	1979827-0

Assunto: Enc: scanner

De: "thereza christina p. castro" <tcspcastro@yahoo.com.br>

Data: 22/08/2014 09:11

Para: "marcelo.medeiros@mma.gov.br" <marcelo.medeiros@mma.gov.br>

Em Quinta-feira, 21 de Agosto de 2014 15:54, fonasc cbh <fonascbbh@yahoo.com.br> escreveu:

FONASC-CBH
Escritório Brasília
061 37028170 e 9999-6191

Em Quinta-feira, 21 de Agosto de 2014 12:08, fonasc cbh <fonascbbh@yahoo.com.br> escreveu:

OF 0C.1208-01

Brasília, 12 de Agosto de 2014

Ao Srs.
SECRETÁRIO DO CNRH
GERENCIA DE APOIO AO CNRH
MEMBROS DAS PLENARIAS DO CNRH E SUAS CTs.

REFERENTE REINDICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES DO FORUM SOCIAL TEMÁTICO- ENERGIA EM RELAÇÃO AO PRHMDA

PREZADOS SENHORES,

Com os cumprimentos das organizações que constituem o FONASC e demais participantes do FORUM SOCIAL TEMÁTICO – ENERGIA que aconteceu em Brasília no período DE 08 A 10 DE AGOSTO DE 2014, vem encaminhar a V.S.as reivindicação das entidades e cidadãos presentes no evento acima para que seja adotada providências quanto a aplicação da legislação que regula o uso dos recursos hídricos da região hidrográfica da margem direita do RIO AMAZONAS. Em especial, a retomada das ações relativas a efetividade do PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA MARGEM DIREITA DO RIO AMAZONAS que foi aprovado conforme resolução n...de
Como e de conhecimento de V.S.as a aprovação da resolução que aprovava esse plano ensejou a emergência de uma comissão de acompanhamento do plano que infelizmente não se efetivou ao mesmo tempo que se agravam os problemas decorrentes dos impactos ambientais e as consequências sociais da não observância dos usos múltiplos de maneira democrática.
Assim, reivindicamos VOSSOS encaminhamentos no sentido de INFORMAR DOS DEMAIS CONSELHEIROS E MEMBROS DAS CTs. pertinentes, pondo em pauta nas instâncias do CNRH em especial as CTPLANO e CTAP, as questões em tela para as providências cabíveis relativos as reivindicações dos FORUNS DA SOCIEDADE CIVIL DAS BACIAS dos afluentes DOS RIOS TELES PIRES, JURUENA, TAPAJOS conforme solicitação anexa assinados, e que ora se afirmam como bacias com grande emergência para aplicação de medidas competentes da política de Recursos Hídricos, sobretudo o respeito ao princípios usos múltiplos e a sustentabilidade ambiental e social das comunidades dessas regiões visivelmente impactadas Atualmente por projetos de grande monta de uso de recursos hídricos e impactos NOS CORPOS D'ÁGUA que não tem observado os fundamentos da política nacional de recursos hídricos..
E por demais, solicitamos que seja acatada pelos mesmos motivos a proposta de MONÇÃO PELA SUSPENSÃO DAS OUTORGAS DA BACIA DO RIO PARAGUAI -PANTANAL, ATE O CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DO RIO PARAGUAI também em anexo.

Cordialmente,

CONSELHEIRA THEREZA CRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO
VICE-COORDENADORA NACIONAL DO FONASC

FONASC-CBH
Escritório Brasília
061 37028170 e 9999-6191

Em Quinta-feira, 21 de Agosto de 2014 11:27, Andreia Nascimento dos Santos <andreia.santos@mma.gov.br> escreveu:

Segue em anexo.

— Anexos:

doc20140821113702.pdf	0 bytes
MinutaMOÇÃO_CNRH_2.docx	17.1KB
MinutaMOÇÃO_CNRH_2.docx	17.1KB

Assunto: documento para ser encaminhado a CTPLANO

De: "thereza christina p. castro" <tcspcastro@yahoo.com.br>

Data: 22/08/2014 08:59

Para: João Climaco <opsaltda@yahoo.com.br>, "marcelo.medeiros@mma.gov.br" <marcelo.medeiros@mma.gov.br>

PREZADO DIRETOR MARCELO,

COM OS NOSSOS CUMPRIMENTOS SOLICITO QUE O DOCUMENTO ANEXADO A ESTE SEJA ENCAMINHADO PARA A PRESIDÊNCIA DA CTPLANO PARA CONHECIMENTO E DEVIDAS PROVIDÊNCIAS DURANTE A REUNIÃO DA REFERIDA CT QUE ACONTECE HOJE E BRASÍLIA.

SOLICITO AINDA QUE A NOSSA SOLICITAÇÃO REFERENTE AO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO MARANHÃO SEJA PONTO DE PAUTA E ENCAMINHAMENTOS NA REUNIÃO DE HOJE DA CTPLANO.

CORDIALMENTE,

THEREZA CHRISTINA PEREIRA CASTRO

CONSELHEIRA CNRH - SEGMENTO DAS ONGS

—Anexos: —

carta sobre margem mdireita do rio amazonas.doc

113KB



FONASC.CBH

*Fórum Nacional
da Sociedade Civil nos Comitês
de Bacias Hidrográficas*

OF 0C.1208-01

Brasília, 12 de Agosto de 2014

Aos Senhores:

PRESIDENTE DO CNRH

SECRETÁRIO DO CNRH

GERENCIA DE APOIO AO CNRH

**REFERENTE REIVINDICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES DO
FORUM SOCIAL TEMATICO- ENERGIA EM RELAÇÃO AO PRHMDA.**

PREZADOS SENHORES,

Com os cumprimentos das organizações que constituem o Fonasc.CBH e demais participantes do FORUM SOCIAL TEMATICO – ENERGIA que aconteceu em Brasília no período de 08 a 10 de agosto de 2014, vem encaminhar a V.S.as reivindicação das entidades e cidadãos presentes no evento acima para que sejam adotadas providencias quanto à aplicação da legislação que regula o uso dos recursos hídricos da região hidrográfica da margem direita do RIO AMAZONAS. Em especial, a retomada das ações relativas à efetividade do PLANO DE RECURSOS HIDRICOS DA MARGEM DIREITA DO RIO AMAZONAS que foi aprovado conforme resolução vigente.

Como e de conhecimento de V.s.as a aprovação da resolução que aprovava esse plano ensejou a emergência de uma **comissão de acompanhamento do plano que infelizmente não se efetivou** ao mesmo tempo que se agravam os problemas decorrentes dos impactos ambientais e as conseqüências sociais da não observância dos usos múltiplos de maneira democrática.

Assim, reivindicamos vossos encaminhamentos no sentido de por em pauta nas instancias do CNRH em especial as CTPLANO e CTAP, as questões referidas anteriormente para providencias cabíveis relativos às reivindicações dos FORUNS DA SOCIEDADE CIVIL DAS BACIAS dos afluentes DOS RIOS, TELES PIRES, JURUENA, TAPAJÓS conforme solicitação anexa assinados, e que ora se afirmam como bacias com grande emergência para aplicação de medidas competentes da política de Recursos Hídricos, sobretudo o respeito ao princípios usos múltiplos e a sustentabilidade ambiental e social das comunidades dessas regiões visivelmente

impactadas atualmente por projetos de grande monta que não tem observado os fundamentos da POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS.

Cordialmente,

Thereza Christina da Silva Pereira Castro

Conselheira Thereza Christina Pereira Castro

MOÇÃO

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos nas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo XXX da Lei XXX declara-se favorável ao respeito do Princípio da Precaução e do Princípio da Prevenção no que se refere à problemática de proliferação de hidrelétricas no sistema Bacia do Alto Paraguai/Pantanal, considerando que:

- um total de 44 empreendimentos hidrelétricos já estão em operação e tendo previsão de mais 103 a serem implantados, totalizando 147 barramentos;
- os empreendimentos já em operação, segundo a própria Empresa de Pesquisa Energética - EPE, representam mais de 70% do aproveitamento hidrelétrico da bacia, o que evidencia que a bacia já contribui, portanto, em grande proporção, para a geração de energia hidrelétrica para o país;
- os efeitos conjuntos e sinérgicos desses empreendimentos tem elevado potencial de afetar a conservação do pulso de inundação dos rios formadores do Pantanal e, por conseguinte, do ecossistema pantaneiro propriamente dito, bioma que é considerado Patrimônio Nacional pela Constituição Federal, Reserva da Biosfera (UNESCO) e que contempla três Sítios Ramsar (Convenção Ramsar) além de um Sítio de Patrimônio Natural da Humanidade (UNESCO);
- os efeitos do barramento indiscriminado dos rios da bacia, por vezes com várias barragens num mesmo rio, podem deflagrar em grave ameaça à conservação da produção pesqueira na região, da qual dependem milhares de famílias de pescadores profissionais e de comunidades e povos tradicionais ribeirinhos para seu sustento, por meio da geração de renda e segurança alimentar pela pesca profissional-artesanal e de subsistência, bem como para a geração de emprego e renda, por meio do turismo de pesca;
- que a alteração da hidrodinâmica dos rios pode afetar ainda a manutenção e fertilização natural das extensas áreas de pastagens nativas que sustentam a pecuária tradicional da região, com cerca de 3 milhões de cabeças;
- que o projeto de Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP), embora já tenha sido rejeitado pelo governo brasileiro em 1996, foi incluído nos projetos do PAC2;
- que além disso dos impactos das centenas de hidrelétricas e da HPP, há vários outros impactos que colocam a Bacia do Alto Paraguai em estado crítico de conservação dos seus serviços ecossistêmicos, como: a pretensão dos produtores para a expansão da monocultura de soja na planície pantaneira; a pecuária e o cultivo de cana-de-açúcar, soja, milho e algodão nas áreas do planalto adjacente, em sua grande maioria sem seguir as boas práticas agrícolas, resultando em elevado índice de desmatamento (entre 50 e 80% das áreas de cabeceiras dos rios formadores do Pantanal), resultando em processos erosivos significativos e no assoreamento dos rios formadores; o aumento da supressão da cobertura vegetal nativa na planície pela expansão da pecuária industrial.

Considerando, ainda, que:

- a influência negativa e sinérgica que o conjunto de todos esses impactos ameaçam a sustentabilidade social e econômica das atividades econômicas tradicionais do Pantanal, que dependem da sua saúde ambiental, afetam, por conseguinte, os modos de vida e a cultura pantaneira;

- O Secretariado da Convenção Ramsar já se posicionou preocupado com a conservação dos processos ecológicos que regem os rios que alimentam os Sítios Ramsar no Pantanal e, como resposta, o Ministério do Meio Ambiente informou que a realização do Plano de Bacia Hidrográfica do Paraguai pela ANA, decidida neste Conselho pela Resolução xxx de dezembro de 2013, como a ação do governo brasileiro para conservar os Sítios e minimizar os impactos na região, em especial os advindos pela proliferação de barramentos, uma vez que serão avaliados em nível de bacia hidrográfica.

RESOLVE

ENCAMINHAR MOCAO AOS GOVERNOS DOS ESTADOS DO MT E MS Solicitando a suspensão dos licenciamentos de empreendimentos hidrelétricos na região, as ações para a implantação da Hidrovia Paraguai-Paraná, bem como a liberação de áreas para supressão da vegetação nativa e ampliação das áreas de monocultivo na bacia do Alto Paraguai, em especial do cultivo de soja e cana de açúcar na planície, até que o referido Plano de Bacia seja devidamente finalizado e aprovado.

O governo brasileiro e a sociedade civil, por meio deste Conselho, apoia a necessidade premente da manutenção do Princípio de Usos Múltiplos na bacia do Alto Paraguai e a conservação dos processos ecológicos que regem o funcionamento dos ecossistemas, previstos, respectivamente, no artigo 3 inciso 3a Lei 9.433/97) e na Constituição Federal (Artigo 225), bem como os princípios da Convenção Ramsar, para o bem do Pantanal e da sociedade pantaneira.

MOÇÃO

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos nas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo XXX da Lei XXX declara-se favorável ao respeito do Princípio da Precaução e do Princípio da Prevenção no que se refere à problemática de proliferação de hidrelétricas no sistema Bacia do Alto Paraguai/Pantanal, considerando que:

- um total de 44 empreendimentos hidrelétricos já estão em operação e tendo previsão de mais 103 a serem implantados, totalizando 147 barramentos;
- os empreendimentos já em operação, segundo a própria Empresa de Pesquisa Energética - EPE, representam mais de 70% do aproveitamento hidrelétrico da bacia, o que evidencia que a bacia já contribui, portanto, em grande proporção, para a geração de energia hidrelétrica para o país;
- os efeitos conjuntos e sinérgicos desses empreendimentos tem elevado potencial de afetar a conservação do pulso de inundação dos rios formadores do Pantanal e, por conseguinte, do ecossistema pantaneiro propriamente dito, bioma que é considerado Patrimônio Nacional pela Constituição Federal, Reserva da Biosfera (UNESCO) e que contempla três Sítios Ramsar (Convenção Ramsar) além de um Sítio de Patrimônio Natural da Humanidade (UNESCO);
- os efeitos do barramento indiscriminado dos rios da bacia, por vezes com várias barragens num mesmo rio, podem deflagrar em grave ameaça à conservação da produção pesqueira na região, da qual dependem milhares de famílias de pescadores profissionais e de comunidades e povos tradicionais ribeirinhos para seu sustento, por meio da geração de renda e segurança alimentar pela pesca profissional-artesanal e de subsistência, bem como para a geração de emprego e renda, por meio do turismo de pesca;
- que a alteração da hidrodinâmica dos rios pode afetar ainda a manutenção e fertilização natural das extensas áreas de pastagens nativas que sustentam a pecuária tradicional da região, com cerca de 3 milhões de cabeças;
- que o projeto de Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP), embora já tenha sido rejeitado pelo governo brasileiro em 1996, foi incluído nos projetos do PAC2;
- que além disso dos impactos das centenas de hidrelétricas e da HPP, há vários outros impactos que colocam a Bacia do Alto Paraguai em estado crítico de conservação dos seus serviços ecossistêmicos, como: a pretensão dos produtores para a expansão da monocultura de soja na planície pantaneira; a pecuária e o cultivo de cana-de-açúcar, soja, milho e algodão nas áreas do planalto adjacente, em sua grande maioria sem seguir as boas práticas agrícolas, resultando em elevado índice de desmatamento (entre 50 e 80% das áreas de cabeceiras dos rios formadores do Pantanal), resultando em processos erosivos significativos e no assoreamento dos rios formadores; o aumento da supressão da cobertura vegetal nativa na planície pela expansão da pecuária industrial.

Considerando, ainda, que:

- a influência negativa e sinérgica que o conjunto de todos esses impactos ameaçam a sustentabilidade social e econômica das atividades econômicas tradicionais do Pantanal, que dependem da sua saúde ambiental, afetam, por conseguinte, os modos de vida e a cultura pantaneira;

- o Secretariado da Convenção Ramsar já se posicionou preocupado com a conservação dos processos ecológicos que regem os rios que alimentam os Sítios Ramsar no Pantanal e, como resposta, o Ministério do Meio Ambiente informou que a realização do Plano de Bacia Hidrográfica do Paraguai pela ANA, decidida neste Conselho pela Resolução xxx de dezembro de 2013, como a ação do governo brasileiro para conservar os Sítios e minimizar os impactos na região, em especial os advindos pela proliferação de barramentos, uma vez que serão avaliados em nível de bacia hidrográfica.

RESOLVE

ENCAMINHAR MOCAO AOS GOVERNOS DOS ESTADOS DO MT E MS Solicitando a suspensão dos licenciamentos de empreendimentos hidrelétricos na região, as ações para a implantação da Hidrovia Paraguai-Paraná, bem como a liberação de áreas para supressão da vegetação nativa e ampliação das áreas de monocultivo na bacia do Alto Paraguai, em especial do cultivo de soja e cana de açúcar na planície, até que o referido Plano de Bacia seja devidamente finalizado e aprovado.

O governo brasileiro e a sociedade civil, por meio deste Conselho, apoia a necessidade premente da manutenção do Princípio de Usos Múltiplos na bacia do Alto Paraguai e a conservação dos processos ecológicos que regem o funcionamento dos ecossistemas, previstos, respectivamente, no artigo 3 inciso 3a Lei 9.433/97) e na Constituição Federal (Artigo 225), bem como os princípios da Convenção Ramsar, para o bem do Pantanal e da sociedade pantaneira.

Assunto: Ofício da TNC ao CNRH: Bacia do Tapajós

De: "thereza christina p. castro" <tcspcastro@yahoo.com.br>

Data: 18/07/2014 09:37

Para: "marcelo.medeiros@mma.gov.br" <marcelo.medeiros@mma.gov.br>

Prezado Marcelo

Bom dia,

Na qualidade de Conselheira estou reiterando solicitação para que o Rio Tapajós seja considerado dentro dos temas prioritizáveis na CTPLANO CTAP com vistas ao atendimento da demanda já encaminhada no ano passado conforme abaixo e que até a presente data não podemos retornar aos interessados.

No aguardo de sua consideração ...

Tereza Cristhina

Cons Representante das ONGs

Mensagem original De: Karina Parra <kparra@TNC.ORG> Para: andrey.silva@fazenda.gov.br <andrey.silva@fazenda.gov.br>, jefferson.marinho@fazenda.gov.br <jefferson.marinho@fazenda.gov.br>, elisa.malafaia@planejamento.gov.br <elisa.malafaia@planejamento.gov.br>, thiago.ribeiro@planejamento.gov.br <thiago.ribeiro@planejamento.gov.br>, paulino.carvalho@itamaraty.gov.br <paulino.carvalho@itamaraty.gov.br>, davi.bonavides@itamaraty.gov.br <davi.bonavides@itamaraty.gov.br>, jairo.silva@transportes.gov.br <jairo.silva@transportes.gov.br>, alexandre.v.sampaio@transportes.gov.br <alexandre.v.sampaio@transportes.gov.br>, jose.vicente@mec.gov.br <jose.vicente@mec.gov.br>, lourival.batista@mec.gov.br <lourival.batista@mec.gov.br>, rodolfo.tamanaha@mj.gov.br <rodolfo.tamanaha@mj.gov.br>, renata.furtado@mj.gov.br <renata.furtado@mj.gov.br>, adriana.cabral@saude.gov.br <adriana.cabral@saude.gov.br>, jamyle.grigoletto@saude.gov.br <jamyle.grigoletto@saude.gov.br>, roberto.stanchi@iphan.gov.br <roberto.stanchi@iphan.gov.br>, monica.mongelli@iphan.gov.br <monica.mongelli@iphan.gov.br>, jose.tosato@mda.gov.br <jose.tosato@mda.gov.br>, antonio.andrade@incra.gov.br <antonio.andrade@incra.gov.br>, helio.freitas@cidades.gov.br <helio.freitas@cidades.gov.br>, alex.magalhaes@cidades.gov.br <alex.magalhaes@cidades.gov.br>, neusvaldo.lima@turismo.gov.br <neusvaldo.lima@turismo.gov.br>, philippe.figueiredo@turismo.gov.br <philippe.figueiredo@turismo.gov.br>, maria.fernanda@mpa.gov.br <maria.fernanda@mpa.gov.br>, luis.sabanay@mpa.gov.br <luis.sabanay@mpa.gov.br>, francisco.teixeira@integracao.gov.br <francisco.teixeira@integracao.gov.br>, jose.souza@integracao.gov.br <jose.souza@integracao.gov.br>, jose.souza.mi@gmail.com <jose.souza.mi@gmail.com>, jose.machadojm@integracao.gov.br <jose.machadojm@integracao.gov.br>, cristiano.zinato@integracao.gov.br <cristiano.zinato@integracao.gov.br>, roberto@ema.mar.mil.br <roberto@ema.mar.mil.br>, nogueira@ema.mar.mil.br <nogueira@ema.mar.mil.br>, adj1saei1@eme.eb.mil.br <adj1saei1@eme.eb.mil.br>, edubc@uol.com.br <edubc@uol.com.br>, sandro@dec.eb.mil.br <sandro@dec.eb.mil.br>, joao.lanari@mdic.gov.br <joao.lanari@mdic.gov.br>, priscila.santos@mdic.gov.br <priscila.santos@mdic.gov.br>, cassio.rabello@abdi.com.br <cassio.rabello@abdi.com.br>, carla.ferreira@abdi.com.br <carla.ferreira@abdi.com.br>, josec.pires@agricultura.gov.br <josec.pires@agricultura.gov.br>

>,dchristofidis@gmail.com < dchristofidis@gmail.com >,lineu.rodriques@embrapa.br < lineu.rodriques@embrapa.br >,lauro.fortes@inmet.gov.br < lauro.fortes@inmet.gov.br >, sanderson.leitao@mct.gov.br < sanderson.leitao@mct.gov.br >,antonio.mendonca@mct.gov.br < antonio.mendonca@mct.gov.br >,orandig@cnpq.br < orandig@cnpq.br >,cjorge@cnpq.br < cjorge@cnpq.br >,julio.kettelhut@mma.gov.br < julio.kettelhut@mma.gov.br >,franklin.junior@mma.gov.br < franklin.junior@mma.gov.br >,vicente.andreu@ana.gov.br < vicente.andreu@ana.gov.br >,jglotufu@ana.gov.br < jglotufu@ana.gov.br >,gisela.forattini@ibama.gov.br < gisela.forattini@ibama.gov.br >,marcio.freitas@ibama.gov.br < marcio.freitas@ibama.gov.br >,altino.filho@mme.gov.br < altino.filho@mme.gov.br >,paulo.domingues@mme.gov.br < paulo.domingues@mme.gov.br >,ildo.grudtner@mme.gov.br < ildo.grudtner@mme.gov.br >,homrich@mme.gov.br < homrich@mme.gov.br >,edson.mello@mme.gov.br < edson.mello@mme.gov.br >,josiane.silva@mme.gov.br < josiane.silva@mme.gov.br >,tatau.godinho@spmulheres.gov.br < tatau.godinho@spmulheres.gov.br >,jader.oliveira@spmulheres.gov.br < jader.oliveira@spmulheres.gov.br >,drh@iema.es.gov.br < drh@iema.es.gov.br >,dgigam@meioambiente.mg.gov.br < dgigam@meioambiente.mg.gov.br >,presidenciaibram@gmail.com < presidenciaibram@gmail.com >,vimaldane@gmail.com < vimaldane@gmail.com >,iurk@sema.pr.gov.br < iurk@sema.pr.gov.br >,janecrespo1@gmail.com < janecrespo1@gmail.com >,veronica@sema.pa.gov.br < veronica@sema.pa.gov.br >,veronicajcs@gmail.com < veronicajcs@gmail.com >,marco-mendonca@sema.rs.gov.br < marco-mendonca@sema.rs.gov.br >,sds@sds.sc.gov.br < sds@sds.sc.gov.br >,edison@sds.sc.gov.br < edison@sds.sc.gov.br >,marcia.telles@inema.ba.gov.br < marcia.telles@inema.ba.gov.br >,genival.nunes@governo.se.gov.br < genival.nunes@governo.se.gov.br >,digat@inea.rj.gov.br < digat@inea.rj.gov.br >,formiga.inea@gmail.com < formiga.inea@gmail.com >,wtesch@sp.gov.br < wtesch@sp.gov.br >,aldo@semades.to.gov.br < aldo@semades.to.gov.br >,roberto@semac.ms.gov.br < roberto@semac.ms.gov.br >,nice.cavalcante@srh.ce.gov.br < nice.cavalcante@srh.ce.gov.br >,daltonmacambira@msn.com < daltonmacambira@msn.com >,secsemar@semar.pi.gov.br < secsemar@semar.pi.gov.br >,gilbertoale@uol.com.br < gilbertoale@uol.com.br >,semarh@semarh.al.gov.br < semarh@semarh.al.gov.br >,bento-gn@semarh.goias.gov.br < bento-gn@semarh.goias.gov.br >,srh@semarh.goias.gov.br < srh@semarh.goias.gov.br >,noquelli@yahoo.com.br < noquelli@yahoo.com.br >,luiznoquelli@sema.mt.gov.br < luiznoquelli@sema.mt.gov.br >,wilson.bonanca@cna.org.br < wilson.bonanca@cna.org.br >,famasul@famasul.com.br < famasul@famasul.com.br >,anacecilia@famasul.com.br < anacecilia@famasul.com.br >,ivomello@via-rs.net < ivomello@via-rs.net >,arrozeirosdealegrete@webrural.com.br < arrozeirosdealegrete@webrural.com.br >,censo.borges@oi.com.br < censo.borges@oi.com.br >,aua@netvip.com.br < aua@netvip.com.br >,srsiqueira@sabesp.com.br < srsiqueira@sabesp.com.br >,gallina@casan.com.br < gallina@casan.com.br >,azulay@cedae.rj.gov.br < azulay@cedae.rj.gov.br >,sergio.cardoso@corsan.com.br < sergio.cardoso@corsan.com.br >,abrage@abrage.com.br < abrage@abrage.com.br >,faneiva@abrage.com.br < faneiva@abrage.com.br >,mozartba@chesf.gov.br < mozartba@chesf.gov.br >,vargasma@terra.com.br < vargasma@terra.com.br >,eduardo.santarelli@edpbr.com.br < eduardo.santarelli@edpbr.com.br >,nilson@cnt.org.br < nilson@cnt.org.br >,viniciusladeira@cnt.org.br < viniciusladeira@cnt.org.br >,fortuna@enavi.com.br < fortuna@enavi.com.br >,rebelo@superig.com.br < rebelo@superig.com.br >,scarneiro@cni.org.br < scarneiro@cni.org.br >,gdi@cni.org.br < gdi@cni.org.br >,mcardoso@cni.org.br < mcardoso@cni.org.br >,apanizi@paniziesilva.com.br < apanizi@paniziesilva.com.br >,aabpio@fiesp.org.br < aabpio@fiesp.org.br >,tita@uaigiga.com.br < tita@uaigiga.com.br >,ibram@ibram.org.br < ibram@ibram.org.br >,maria.lourdes.santqs@vale.com < maria.lourdes.santos@vale.com >,lucila.caselato@acobrasil.org.br < lucila.caselato@acobrasil.org.br >,azefilho@hotmail.com < azefilho@hotmail.com >,emerson@algar.com.br < emerson@algar.com.br >,comitepardo@ambiente.sp.gov.br < comitepardo@ambiente.sp.gov.br >,comitegravatai@metroplan.rs.gov.br < comitegravatai@metroplan.rs.gov.br >,paulo.samuel@ufrgs.br < paulo.samuel@ufrgs.br >,fclahoz@uol.com.br < fclahoz@uol.com.br >,ronalddamasceno@hotmail.com < ronalddamasceno@hotmail.com >,ingrid@lactec.org.br < ingrid@lactec.org.br >,prpaim@terra.com.br < prpaim@terra.com.br >,dirceureis@unb.br < dirceureis@unb.br >,ja.tk@bol.com.br < ja.tk@bol.com.br >,isabela.cancado@gmail.com < isabela.cancado@gmail.com >,tcspcastro@yahoo.com.br < tcspcastro@yahoo.com.br >,cidamedeiros1@yahoo.com.br < cidamedeiros1@yahoo.com.br >
Assunto: Oficio da TNC ao CNRH: Bacia do Tapajós
Enviada: 11/06/2013 11:41
COPIA DO OFICIO ANEXADO

À Ministra Izabella Teixeira

**À Ministra Izabella Teixeira
Ministério do Meio Ambiente
Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos –
CNRH**

Com cópia para:

**Secretário Ney Maranhão
Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos
Hídricos – CNRH
Secretário de Recursos Hídricos e Meio Ambiente Urbano
Ministério do Meio Ambiente
E Demais membros do Conselho Nacional de Recursos
Hídricos – CNRH**

**Assunto: Importância e urgência do Plano da Bacia
Hidrográfica do Rio Tapajós, para decisão do CNRH**

Estimada Sra. Ministra Izabella Teixeira, Presidente do CNRH,

Trazemos aqui para atenção do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), supondo a premência da realização de sua reunião, a sugestão de deliberação urgente para a imediata realização do Plano de Bacia para o Tapajós e seus afluentes por parte da Agência Nacional de Águas - ANA. São várias as razões que nos levam a esta proposição, o que sumariamos abaixo.

PERH – MDA: Entendemos que a elaboração do Plano de Bacia do Tapajós é uma recomendação formal do Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Margem Direita do Amazonas, detalhado pela Agência Nacional de Águas - ANA entre 2006 e 2008 e publicado em 2012. Já neste Plano de escala macro, a centralidade da gestão dos recursos hídricos no Tapajós é clara e prescrita.

Corredor logístico, elétrico e mineral: A bacia do Tapajós está se tornando corredor logístico e fronteira elétrica e mineral do país. Investimentos expressivos em infraestrutura estão direcionados para o Tapajós, alguns deles já em processo de realização. Para energia, há duas hidrelétricas em construção, outras 06 estão projetadas para leilão nos próximos 04 anos, e muitos outros projetos, grandes e pequenos de aproveitamentos

hidrelétricos estão planejados para a bacia. Para transporte e logística, está em conclusão a pavimentação da Br-163, de Cuiabá a Santarém, por onde estima-se que em 2018 trafegarão milhares de carretas de soja por dia, para transbordo e exportação de 10 a 20 milhões de toneladas de soja e outros produtos em 08 terminais portuários ao longo do Rio Tapajós. O rio Tapajós será uma hidrovia de intensa utilidade, mesmo antes das decisões sobre o prolongamento hidroviário até o Mato Grosso (Teles Pires ou Juruena). Há ainda a mineração, que tem nesta bacia do Tapajós a maior província não explorada de ouro no país. Mineração, também grande usuária de água...

Regras postas para o uso da terra: o uso da terra e a expansão da fronteira agrícola nesta região da Amazônia tem regras, mas sua plena realização em campo depende do contexto do conjunto de investimentos apontados para a região. Um levantamento simples da TNC indica que 40% do território da bacia do Tapajós estão ordenados através de Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Ajustes de escala fina e média são necessários, seja para garantir a conservação da biodiversidade e o papel de produção de água das florestas – ou ainda, para comportar as outras formas de uso dos recursos naturais previstas. Planos de manejo e gestão efetivos e funcionais são urgentemente necessários para ambas as categorias de Áreas Protegidas. Na porção privada – e na porção devoluta do território, a regularização fundiária é uma necessidade antiga, que tem hoje no Cadastro Ambiental Rural – CAR, uma possibilidade, a ser concentrada para a região. Para esta porção privada do território, de 50 a 80% de reservas legais são esperados, além da proteção das APPs. Estas são regras postas, também no plano macro, que carecem de aprofundamento e detalhamento para a região, frente os riscos e oportunidades derivadas dos outros investimentos canalizados para lá. A TNC tem uma agenda relativamente grande de trabalho nestas frentes (Cadastro, gestão territorial em Terras Indígenas, planejamento da gestão das UCs), oferece essa bagagem a este Conselho, ao Ministério e a ANA, como elementos para uma estratégia de escala ainda por ser traçada...

Conflitos socioambientais: O futuro do Tapajós está numa encruzilhada e os conflitos já começam. A região está há pelo menos 02 anos invadida por 20 a 30 mil garimpeiros ilegais, segundo informações secundárias. O Tapajós vai mudar de cor assim como o seu afluente Crepori que já está seriamente

impactado por atividade garimpeira. Conflitos com comunidades indígenas, pelo garimpo ilegal, mas fundamentalmente pelos projetos hidrelétricos, já acontecem. Contestações de licenças e atrasos são a consequência cara para o governo e a sociedade. O desmatamento dá sinais de crescimento, seguindo os dados do próprio DETER, corroborados com análises como as do IMAZON, com base no SAD, ou do Programa Municípios Verdes, do Governo do estado do Pará.

Conflitos sobre o uso da água: Conflitos específicos da agenda água também despontam. Há que se conciliar uma centena de pequenas centrais hidrelétricas planejadas para as cabeceiras do Tapajós, com a produção de energia de larga escala nos seus trechos inferiores. Hidrovias devem ser compatibilizadas com geração de energia e, no caso do Rio Tapajós, a navegação deve ser compatibilizada com a economia pesqueira da confluência do Tapajós com o Amazonas. A região, conforme indicado pelo PERH-MDA, vê intenso crescimento de projetos de irrigação para a agricultura. A mineração, se não polui quando ordenada, demanda grande quantidade de água quando realizada empresarialmente. Um plano de bacia deve ser estruturador dessas possibilidades de uso da água.

A lição de Belo Monte: O empreendimento de Belo Monte, no Xingu, indica a dura realidade da implantação de projetos hidrelétricos e minerais sem um planejamento territorial ou de bacia prévios. Entendemos que o governo se mobilizou e está atuante o mais agilmente possível para (re)ordenar o desenvolvimento na região de Altamira, mas nos parece que chegou com atraso, à posteriori. O Tapajós ainda oferece ao governo a chance de um direcionamento das ações promotoras do desenvolvimento sustentável e integrado, de forma antecipada e, portanto, menos custosa. As oportunidades para uma agenda positiva são grandes e um passo determinante está nas mãos do CNRH.

O processo nos Estados: Sendo uma bacia que compreende 03 Estados (Pará, Mato Grosso e Amazonas), um plano de bacia e a gestão exige coordenação federativa. Os Estados do Pará e Mato Grosso são de longe os mais afetados, por abrigarem a maior parte da bacia. Nestes, a gestão dos recursos hídricos é frágil. O quadro técnico é insuficiente em número. Pedidos de outorga se acumulam, com pendências do lado público, mas também do lado dos requerentes. Há clara necessidade de

formação e capacitação dentro e fora das SEMAs para gestão das águas! Ao mesmo tempo, estas Secretarias estão buscando formas de reação. No Pará, há uma proposta do executivo, em discussão na Assembleia Legislativa, para criação de Instituto das Águas, desmembrado da Secretaria Estadual. No Mato Grosso, avançam as discussões, inclusive com parceria da TNC, para a realização do Plano de Bacias do Alto Teles Pires. Mais oportunidades...

Uma agenda positiva para o Tapajós: a antecipação da gestão governamental, numa abordagem positiva e antecipada para a bacia do Tapajós é a oportunidade que o CNRH, com a decisão de priorizar a realização do Plano de Bacia do Tapajós. Vislumbramos que tal plano teria um papel importante também potencializar agendas positivas e estruturantes da gestão do desenvolvimento sustentável na região, baseado na floresta, seja num plano de recuperação das APPs e nascentes, seja num plano para utilização do potencial madeireiro da região. Há um interesse privado crescente nesta visão positiva, expandindo a rede de atores e os papéis que têm a desempenhar numa gestão da bacia.

Alinhamentos de receitas para gestão da bacia: Além de impactos negativos, ou positivos, para a agenda socioambiental e para os recursos hídricos da região, os projetos de infraestrutura do Tapajós representam também aportes financeiros diretos para a região, subsidio fundamental para a gestão do seu desenvolvimento. Tomando apenas o setor elétrico como exemplo, 09 das UHEs planejadas para a bacia representarão, quando concluídas, mais de 400 milhões de reais por ano em Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH). O mesmo estudo sobre a CFURH contratado pela TNC junto ao Instituto Acende revela que quase 165 milhões de reais ao ano fluirão para os municípios da bacia, mais a mesma quantia repartida entre os Estados. Há ainda outros impostos e compensação ambiental derivada do licenciamento... Não parece claro que as perspectivas de orçamento para a gestão da bacia são positivas, carecendo de um plano de investimento, prioridades e formas de gestão.

O Plano de bacia para o Tapajós na decisão do CNRH: O futuro da bacia do Tapajós está numa encruzilhada. É possível estruturar a gestão do uso das terras e águas da bacia do Tapajós, de forma a minimizar os impactos ambientais negativos dos projetos

de infraestrutura e maximizar seus benefícios para a população local e ao país. Com um plano de bacia, entendemos ser possível orientar processos públicos e privados para a compatibilização dos projetos de desenvolvimento com as demandas sociais e econômicas locais e com as perspectivas de conservação de água doce e cobertura florestal. Tal plano, para ser elaborado, demanda a decisão urgente deste Conselho, atuando como orientador desta ação por parte da ANA.

Cordialmente, em nome de uma organização disposta a colaborar,

Ana Cristina Barros

THE NATURE CONSERVANCY

Diretora Regional para Infraestrutura na América Latina

55 61 3421 91 07

55 61 9968 61 60

acbarros@tnc.org

Ministério do Meio Ambiente
Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH

Com cópia para:

Secretário Ney Maranhão

Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH

Secretário de Recursos Hídricos e Meio Ambiente Urbano

Ministério do Meio Ambiente

e

Demais membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH

Assunto: Importância e urgência do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Tapajós, para decisão do CNRH

Estimada Sra. Ministra Izabella Teixeira, Presidente do CNRH,

Trazemos aqui para atenção do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), supondo a premência da realização de sua reunião, a sugestão de deliberação urgente para a imediata realização do Plano de Bacia para o Tapajós e seus afluentes por parte da Agência Nacional de Águas - ANA. São várias as razões que nos levam a esta proposição, o que sumariamos abaixo.

PERH – MDA: Entendemos que a elaboração do Plano de Bacia do Tapajós é uma recomendação formal do Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Margem Direita do Amazonas, detalhado pela Agência Nacional de Águas - ANA entre 2006 e 2008 e publicado em 2012. Já neste Plano de escala macro, a centralidade da gestão dos recursos hídricos no Tapajós é clara e prescrita.

Corredor logístico, elétrico e mineral: A bacia do Tapajós está se tornando corredor logístico e fronteira elétrica e mineral do país. Investimentos expressivos em infraestrutura estão direcionados para o Tapajós, alguns deles já em processo de realização. Para energia, há duas hidrelétricas em construção, outras 06 estão projetadas para leilão nos próximos 04 anos, e muitos outros projetos, grandes e pequenos de aproveitamentos hidrelétricos estão planejados para a bacia. Para transporte e logística, está em conclusão a pavimentação da Br-163, de Cuiabá a Santarém, por onde estima-se que em 2018 tráfegarão milhares de carretas de soja por dia, para transbordo e exportação de 10 a 20 milhões de toneladas de soja e outros produtos em 08 terminais portuários ao longo do Rio Tapajós. O rio Tapajós será uma hidrovia de intensa utilidade, mesmo antes das decisões sobre o prolongamento hidroviário até o Mato Grosso (Teles Pires ou Juruena). Há ainda a mineração, que tem nesta bacia do Tapajós a maior província não explorada de ouro no país. Mineração, também grande usuária de água...

Regras postas para o uso da terra: o uso da terra e a expansão da fronteira agrícola nesta região da Amazônia tem regras, mas sua plena realização em campo depende do contexto do conjunto de investimentos apontados para a região. Um levantamento simples da TNC indica que 40% do território da bacia do Tapajós estão ordenados através de Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Ajustes de escala fina e média são necessários, seja para garantir a conservação da biodiversidade e o papel de produção de água das florestas – ou ainda, para comportar as outras formas de uso dos recursos naturais previstas. Planos de manejo e gestão efetivos e funcionais são urgentemente necessários para ambas as categorias de Áreas Protegidas. Na porção privada – e na porção devoluta do território, a regularização fundiária é uma necessidade antiga, que tem hoje no Cadastro Ambiental Rural – CAR, uma possibilidade, a ser concentrada para a região. Para esta porção privada do território, de 50 a 80% de reservas legais são esperados, além da proteção das APPs. Estas são regras postas, também no plano macro, que carecem de afinamento e detalhamento para a região, frente os riscos e oportunidades derivadas dos outros investimentos canalizados para lá. A TNC tem uma agenda relativamente grande de trabalho nestas frentes (Cadastro, gestão territorial em Terras Indígenas, planejamento da gestão das UCs), oferece essa bagagem a este Conselho, ao Ministério e a ANA, como elementos para uma estratégia de escala ainda por ser traçada...

Conflitos socioambientais: O futuro do Tapajós está numa encruzilhada e os conflitos já começam. A região está há pelo menos 02 anos invadida por 20 a 30 mil garimpeiros ilegais,

segundo informações secundárias. O Tapajós vai mudar de cor assim como o seu afluente Crepori que já está seriamente impactado por atividade garimpeira. Conflitos com comunidades indígenas, pelo garimpo ilegal, mas fundamentalmente pelos projetos hidrelétricos, já acontecem. Contestações de licenças e atrasos são a consequência cara para o governo e a sociedade. O desmatamento dá sinais de crescimento, seguindo os dados do próprio DETER, corroborados com análises como as do IMAZON, com base no SAD, ou do Programa Municípios Verdes, do Governo do estado do Pará.

Conflitos sobre o uso da água: Conflitos específicos da agenda água também despontam. Há que se conciliar uma centena de pequenas centrais hidrelétricas planejadas para as cabeceiras do Tapajós, com a produção de energia de larga escala nos seus trechos inferiores. Hidrovias devem ser compatibilizadas com geração de energia e, no caso do Rio Tapajós, a navegação deve ser compatibilizada com a economia pesqueira da confluência do Tapajós com o Amazonas. A região, conforme indicado pelo PERH-MDA, vê intenso crescimento de projetos de irrigação para a agricultura. A mineração, se não polui quando ordenada, demanda grande quantidade de água quando realizada empresarialmente. Um plano de bacia deve ser estruturador dessas possibilidades de uso da água.

A lição de Belo Monte: O empreendimento de Belo Monte, no Xingu, indica a dura realidade da implantação de projetos hidrelétricos e minerais sem um planejamento territorial ou de bacia prévios. Entendemos que o governo se mobilizou e está atuante o mais agilmente possível para (re)ordenar o desenvolvimento na região de Altamira, mas nos parece que chegou com atraso, à posteriori. O Tapajós ainda oferece ao governo a chance de um direcionamento das ações promotoras do desenvolvimento sustentável e integrado, de forma antecipada e, portanto, menos custosa. As oportunidades para uma agenda positiva são grandes e um passo determinante está nas mãos do CNRH.

O processo nos Estados: Sendo uma bacia que compreende 03 Estados (Pará, Mato Grosso e Amazonas), um plano de bacia e a gestão exige coordenação federativa. Os Estados do Pará e Mato Grosso são de longe os mais afetados, por abrigarem a maior parte da bacia. Nestes, a gestão dos recursos hídricos é frágil. O quadro técnico é insuficiente em número. Pedidos de outorga se acumulam, com pendências do lado público, mas também do lado dos requerentes. Há clara necessidade de formação e capacitação dentro e fora das SEMAs para gestão das águas! Ao mesmo tempo, estas Secretarias estão buscando formas de reação. No Pará, há uma proposta do executivo, em discussão na Assembleia Legislativa, para criação de Instituto das Águas, desmembrado da Secretaria Estadual. No Mato Grosso, avançam as discussões, inclusive com parceria da TNC, para a realização do Plano de Bacias do Alto Teles Pires. Mais oportunidades...

Uma agenda positiva para o Tapajós: a antecipação da gestão governamental, numa abordagem positiva e antecipada para a bacia do Tapajós é a oportunidade que o CNRH, com a decisão de priorizar a realização do Plano de Bacia do Tapajós. Vislumbramos que tal plano teria um papel importante também potencializar agendas positivas e estruturantes da gestão do desenvolvimento sustentável na região, baseado na floresta, seja num plano de recuperação das APPs e nascentes, seja num plano para utilização do potencial madeireiro da região. Há um interesse privado crescente nesta visão positiva, expandindo a rede de atores e os papéis que têm a desempenhar numa gestão da bacia.

Alinhamentos de receitas para gestão da bacia: Além de impactos negativos, ou positivos, para a agenda socioambiental e para os recursos hídricos da região, os projetos de infraestrutura do Tapajós representam também aportes financeiros diretos para a região, subsídio fundamental para a gestão do seu desenvolvimento. Tomando apenas o setor elétrico como exemplo, 09 das UHEs planejadas para a bacia representarão, quando concluídas, mais de 400 milhões de reais por ano em Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH). O mesmo estudo sobre a CFURH contratado pela TNC junto ao Instituto Acende revela que quase 165 milhões de reais ao ano fluirão para os municípios da bacia, mais a mesma quantia repartida entre os Estados. Há ainda outros impostos e compensação ambiental derivada do licenciamento... Nos parece claro que as perspectivas de orçamento para a gestão da bacia são positivas, carecendo de um plano de investimento, prioridades e formas de gestão.

O Plano de bacia para o Tapajós na decisão do CNRH: O futuro da bacia do Tapajós está numa encruzilhada. É possível estruturar a gestão do uso das terras e águas da bacia do Tapajós, de forma a minimizar os impactos ambientais negativos dos projetos de infraestrutura e maximizar

seus benefícios para a população local e ao país. Com um plano de bacia, entendemos ser possível orientar processos públicos e privados para a compatibilização dos projetos de desenvolvimento com as demandas sociais e econômicas locais e com as perspectivas de conservação de água doce e cobertura florestal. Tal plano, para ser elaborado, demanda a decisão urgente deste Conselho, atuando como orientador desta ação por parte da ANA.

Cordialmente, em nome de uma organização disposta a colaborar,

Ana Cristina Barros
THE NATURE CONSERVANCY
Diretora Regional para Infraestrutura na América Latina
55 61 3421 91 07
55 61 9968 61 60
acbarros@tnc.org

----- Mensagem original -----

Assunto:Enc. Ofício da TNC ao CNRH: Bacia do Tapajós

Data:Fri, 18 Jul 2014 05:38:09 -0700

De:thereza christina p. castro <tcspcastro@yahoo.com.br>

Responder a:thereza christina p. castro <tcspcastro@yahoo.com.br>

Para:sec.executiva@cnrh.gov.br <sec.executiva@cnrh.gov.br>

Em , thereza christina p. castro <tcspcastro@yahoo.com.br> escreveu:

Prezado Marcelo

Bom dia,

Na qualidade de Conselheira estou reiterando solicitação para que o Rio Tapajós seja considerado dentro dos temas prioritários na CTPLANO CTAP com vistas ao atendimento da demanda já encaminhada no ano passado conforme abaixo e que até a presente data não pudemos retornar aos interessados.

No aguardo de sua consideração ...

Tereza Cristhina

Cons Representante da ONGs

Mensagem original**De:** Karina Parra <kparra@TNC.ORG >**Para:** andrey.silva@fazenda.gov.br <andrey.silva@fazenda.gov.br >, jefferson.marinho@fazenda.gov.br <jefferson.marinho@fazenda.gov.br >, elisa.malafaia@planejamento.gov.br <elisa.malafaia@planejamento.gov.br >, thiago.ribeiro@planejamento.gov.br <thiago.ribeiro@planejamento.gov.br >, paulino.carvalho@itamaraty.gov.br <paulino.carvalho@itamaraty.gov.br >, davi.bonavides@itamaraty.gov.br <davi.bonavides@itamaraty.gov.br >, jairo.silva@transportes.gov.br <jairo.silva@transportes.gov.br >, alexandre.v.sampaio@transportes.gov.br <alexandre.v.sampaio@transportes.gov.br >, jose.vicente@mec.gov.br <jose.vicente@mec.gov.br >, lourival.batista@mec.gov.br <lourival.batista@mec.gov.br >, rodolfo.tamanaha@mj.gov.br <rodolfo.tamanaha@mj.gov.br >, renata.furtado@mj.gov.br <renata.furtado@mj.gov.br >, adriana.cabral@saude.gov.br <adriana.cabral@saude.gov.br >, jamyle.grigoletto@saude.gov.br <jamyle.grigoletto@saude.gov.br >, roberto.stanchi@iphan.gov.br <roberto.stanchi@iphan.gov.br >, monica.mongelli@iphan.gov.br <monica.mongelli@iphan.gov.br >, jose.tosato@mda.gov.br <jose.tosato@mda.gov.br >, antonio.andrade@incra.gov.br <antonio.andrade@incra.gov.br >, helio.freitas@cidades.gov.br <helio.freitas@cidades.gov.br >, alex.magalhaes@cidades.gov.br <alex.magalhaes@cidades.gov.br >, neusvaldo.lima@turismo.gov.br <neusvaldo.lima@turismo.gov.br >, philippe.figueiredo@turismo.gov.br <philippe.figueiredo@turismo.gov.br >, maria.fernanda@mpa.gov.br <maria.fernanda@mpa.gov.br >, luis.sabanay@mpa.gov.br <luis.sabanay@mpa.gov.br >, francisco.teixeira@integracao.gov.br <francisco.teixeira@integracao.gov.br >, jose.souza@integracao.gov.br <

jose.souza@integracao.gov.br >, jose.souza.mi@gmail.com < jose.souza.mi@gmail.com
>, jose.machadojm@integracao.gov.br < jose.machadojm@integracao.gov.br
>, cristiano.zinato@integracao.gov.br < cristiano.zinato@integracao.gov.br >, roberto@ema.mar.mil.br
< roberto@ema.mar.mil.br >, nogueira@ema.mar.mil.br < nogueira@ema.mar.mil.br
>, adj1saei1@eme.eb.mil.br < adj1saei1@eme.eb.mil.br >, edubc@uol.com.br < edubc@uol.com.br
>, sandro@dec.eb.mil.br < sandro@dec.eb.mil.br >, joao.lanari@mdic.gov.br <
joao.lanari@mdic.gov.br >, priscila.santos@mdic.gov.br < priscila.santos@mdic.gov.br
>, cassio.rabello@abdi.com.br < cassio.rabello@abdi.com.br >, carla.ferreira@abdi.com.br <
carla.ferreira@abdi.com.br >, josec.pires@agricultura.gov.br < josec.pires@agricultura.gov.br
>, dchristofidis@gmail.com < dchristofidis@gmail.com >, lineu.rodrigues@embrapa.br <
lineu.rodrigues@embrapa.br >, lauro.fortes@inmet.gov.br < lauro.fortes@inmet.gov.br
>, sanderson.leitao@mct.gov.br < sanderson.leitao@mct.gov.br >, antonio.mendonca@mct.gov.br <
antonio.mendonca@mct.gov.br >, orandig@cnpq.br < orandig@cnpq.br >, cjorge@cnpq.br <
cjorge@cnpq.br >, julio.kettelhut@mma.gov.br < julio.kettelhut@mma.gov.br
>, franklin.junior@mma.gov.br < franklin.junior@mma.gov.br >, vicente.andreu@ana.gov.br <
vicente.andreu@ana.gov.br >, jglotufu@ana.gov.br < jglotufu@ana.gov.br
>, gisela.forattini@ibama.gov.br < gisela.forattini@ibama.gov.br >, marcio.freitas@ibama.gov.br <
marcio.freitas@ibama.gov.br >, altino.filho@mme.gov.br < altino.filho@mme.gov.br
>, paulo.domingues@mme.gov.br < paulo.domingues@mme.gov.br >, ildo.grudtner@mme.gov.br <
ildo.grudtner@mme.gov.br >, homrich@mme.gov.br < homrich@mme.gov.br
>, edson.mello@mme.gov.br < edson.mello@mme.gov.br >, josiane.silva@mme.gov.br <
josiane.silva@mme.gov.br >, tatau.godinho@spmulheres.gov.br < tatau.godinho@spmulheres.gov.br
>, jader.oliveira@spmulheres.gov.br < jader.oliveira@spmulheres.gov.br >, drh@iema.es.gov.br <
drh@iema.es.gov.br >, dgigam@meioambiente.mg.gov.br < dgigam@meioambiente.mg.gov.br
>, presidenciaibram@gmail.com < presidenciaibram@gmail.com >, vimaldane@gmail.com <
vimaldane@gmail.com >, iurk@sema.pr.gov.br < iurk@sema.pr.gov.br >, janecresco1@gmail.com <
janecresco1@gmail.com >, veronica@sema.pa.gov.br < veronica@sema.pa.gov.br
>, veronicajcs@gmail.com < veronicajcs@gmail.com >, marco-mendonca@sema.rs.gov.br < marco-
mendonca@sema.rs.gov.br >, sds@sds.sc.gov.br < sds@sds.sc.gov.br >, edison@sds.sc.gov.br <
edison@sds.sc.gov.br >, marcia.telles@inema.ba.gov.br < marcia.telles@inema.ba.gov.br
>, genival.nunes@governo.se.gov.br < genival.nunes@governo.se.gov.br >, digat@inea.rj.gov.br <
digat@inea.rj.gov.br >, formiga.inea@gmail.com < formiga.inea@gmail.com >, wtesch@sp.gov.br <
wtesch@sp.gov.br >, aldo@semades.to.gov.br < aldo@semades.to.gov.br
>, roberto@semac.ms.gov.br < roberto@semac.ms.gov.br >, nice.cavalcante@srh.ce.gov.br <
nice.cavalcante@srh.ce.gov.br >, daltonmacambira@msn.com < daltonmacambira@msn.com
>, secsemar@semar.pi.gov.br < secsemar@semar.pi.gov.br >, gilbertoale@uol.com.br <
gilbertoale@uol.com.br >, semarh@semarh.al.gov.br < semarh@semarh.al.gov.br >, bento-
gn@semarh.goias.gov.br < bento-gn@semarh.goias.gov.br >, srh@semarh.goias.gov.br <
srh@semarh.goias.gov.br >, noquelli@yahoo.com.br < noquelli@yahoo.com.br
>, luiznoquelli@sema.mt.gov.br < luiznoquelli@sema.mt.gov.br >, wilson.bonanca@cna.org.br <
wilson.bonanca@cna.org.br >, famasul@famasul.com.br < famasul@famasul.com.br
>, anacecilia@famasul.com.br < anacecilia@famasul.com.br >, ivomello@via-rs.net < ivomello@via-
rs.net >, arrozeirosdealegrete@webrural.com.br < arrozeirosdealegrete@webrural.com.br
>, censo.borges@oi.com.br < censo.borges@oi.com.br >, aua@netvip.com.br < aua@netvip.com.br
>, srsiqueira@sabesp.com.br < srsiqueira@sabesp.com.br >, gallina@casan.com.br <
gallina@casan.com.br >, azulay@cedae.rj.gov.br < azulay@cedae.rj.gov.br
>, sergio.cardoso@corsan.com.br < sergio.cardoso@corsan.com.br >, abrage@abrage.com.br <
abrage@abrage.com.br >, faneiva@abrage.com.br < faneiva@abrage.com.br
>, mozartba@chesf.gov.br < mozartba@chesf.gov.br >, vargasma@terra.com.br <
vargasma@terra.com.br >, eduardo.santarelli@edpbr.com.br < eduardo.santarelli@edpbr.com.br
>, nilson@cnt.org.br < nilson@cnt.org.br >, viniciusladeira@cnt.org.br < viniciusladeira@cnt.org.br
>, fortuna@enavi.com.br < fortuna@enavi.com.br >, rebelo@superig.com.br < rebelo@superig.com.br
>, carneiro@cni.org.br < carneiro@cni.org.br >, gdi@cni.org.br < gdi@cni.org.br
>, mcardoso@cni.org.br < mcardoso@cni.org.br >, apanizi@paniziesilva.com.br <
apanizi@paniziesilva.com.br >, aabpio@fiesp.org.br < aabpio@fiesp.org.br >, tita@uaigiga.com.br <
tita@uaigiga.com.br >, ibram@ibram.org.br < ibram@ibram.org.br >, maria.lourdes.santos@vale.com
< maria.lourdes.santos@vale.com >, lucila.caselato@acobrasil.org.br <
lucila.caselato@acobrasil.org.br >, azefilho@hotmail.com < azefilho@hotmail.com
>, emerson@algar.com.br < emerson@algar.com.br >, comitepardo@ambiente.sp.gov.br <
comitepardo@ambiente.sp.gov.br >, comitegravatai@metroplan.rs.gov.br <
comitegravatai@metroplan.rs.gov.br >, paulo.samuel@ufrgs.br < paulo.samuel@ufrgs.br
>, fclahoz@uol.com.br < fclahoz@uol.com.br >, ronaldamasceno@hotmail.com <

ronalddamasceno@hotmail.com >,ingrid@lactec.org.br < ingrid@lactec.org.br
>,prpaim@terra.com.br < prpaim@terra.com.br >,dirceureis@unb.br < dirceureis@unb.br
>,ja.tk@bol.com.br < ja.tk@bol.com.br >,isabela.cancado@gmail.com < isabela.cancado@gmail.com
>,tcspcastro@yahoo.com.br < tcspcastro@yahoo.com.br >,cidamedeiros1@yahoo.com.br <
cidamedeiros1@yahoo.com.br >**Assunto:** Ofício da TNC ao CNRH: Bacia do Tapajós**Enviada:**
11/06/2013 11:41
COPIA DO OFICIO ANEXADO

À Ministra Izabella Teixeira
Ministério do Meio Ambiente
Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH

Com cópia para:

Secretário Ney Maranhão
Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH
Secretário de Recursos Hídricos e Meio Ambiente Urbano
Ministério do Meio Ambiente

e

Demais membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH

Assunto: Importância e urgência do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Tapajós, para decisão do CNRH

Estimada Sra. Ministra Izabella Teixeira, Presidente do CNRH,

Trazemos aqui para atenção do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), supondo a premência da realização de sua reunião, a sugestão de deliberação urgente para a imediata realização do Plano de Bacia para o Tapajós e seus afluentes por parte da Agência Nacional de Águas - ANA. São várias as razões que nos levam a esta proposição, o que sumariamos abaixo.

PERH – MDA: Entendemos que a elaboração do Plano de Bacia do Tapajós é uma recomendação formal do Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Margem Direita do Amazonas, detalhado pela Agência Nacional de Águas - ANA entre 2006 e 2008 e publicado em 2012. Já neste Plano de escala macro, a centralidade da gestão dos recursos hídricos no Tapajós é clara e prescrita.

Corredor logístico, elétrico e mineral: A bacia do Tapajós está se tornando corredor logístico e fronteira elétrica e mineral do país. Investimentos expressivos em infraestrutura estão direcionados para o Tapajós, alguns deles já em processo de realização. Para energia, há duas hidrelétricas em construção, outras 06 estão projetadas para leilão nos próximos 04 anos, e muitos outros projetos, grandes e pequenos de aproveitamentos hidrelétricos estão planejados para a bacia. Para transporte e logística, está em conclusão a pavimentação da Br-163, de Cuiabá a Santarém, por onde estima-se que em 2018 tráfegarão milhares de carretas de soja por dia, para transbordo e exportação de 10 a 20 milhões de toneladas de soja e outros produtos em 08 terminais portuários ao longo do Rio Tapajós. O rio Tapajós será uma hidrovia de intensa utilidade, mesmo antes das decisões sobre o prolongamento hidroviário até o Mato Grosso (Teles Pires ou Juruena). Há ainda a mineração, que tem nesta bacia do Tapajós a maior província não explorada de ouro no país. Mineração, também grande usuária de água...

Regras postas para o uso da terra: o uso da terra e a expansão da fronteira agrícola nesta região da Amazônia tem regras, mas sua plena realização em campo depende do contexto do conjunto de investimentos apontados para a região. Um levantamento simples da TNC indica que 40% do território da bacia do Tapajós estão ordenados através de Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Ajustes de escala fina e média são necessários, seja para garantir a conservação da biodiversidade e o papel de produção de água das florestas – ou ainda, para comportar as outras formas de uso dos recursos naturais previstas. Planos de manejo e gestão efetivos e funcionais são urgentemente necessários para ambas as categorias de Áreas Protegidas. Na porção privada – e na porção devoluta do território, a regularização fundiária é uma necessidade antiga, que tem hoje no Cadastro Ambiental Rural – CAR, uma possibilidade, a ser concentrada para a região. Para esta porção privada do território, de 50 a 80% de reservas legais são esperados, além da proteção das

APPs. Estas são regras postas, também no plano macro, que carecem de aprofundamento e detalhamento para a região, frente os riscos e oportunidades derivadas dos outros investimentos canalizados para lá. A TNC tem uma agenda relativamente grande de trabalho nestas frentes (Cadastro, gestão territorial em Terras Indígenas, planejamento da gestão das UCs), oferece essa bagagem a este Conselho, ao Ministério e a ANA, como elementos para uma estratégia de escala ainda por ser traçada...

Conflitos socioambientais: O futuro do Tapajós está numa encruzilhada e os conflitos já começam. A região está há pelo menos 02 anos invadida por 20 a 30 mil garimpeiros ilegais, segundo informações secundárias. O Tapajós vai mudar de cor assim como o seu afluente Crepore que já está seriamente impactado por atividade garimpeira. Conflitos com comunidades indígenas, pelo garimpo ilegal, mas fundamentalmente pelos projetos hidrelétricos, já acontecem. Contestações de licenças e atrasos são a consequência cara para o governo e a sociedade. O desmatamento dá sinais de crescimento, seguindo os dados do próprio DETER, corroborados com análises como as do IMAZON, com base no SAD, ou do Programa Municípios Verdes, do Governo do estado do Pará.

Conflitos sobre o uso da água: Conflitos específicos da agenda água também despontam. Há que se conciliar uma centena de pequenas centrais hidrelétricas planejadas para as cabeceiras do Tapajós, com a produção de energia de larga escala nos seus trechos inferiores. Hidrovias devem ser compatibilizadas com geração de energia e, no caso do Rio Tapajós, a navegação deve ser compatibilizada com a economia pesqueira da confluência do Tapajós com o Amazonas. A região, conforme indicado pelo PERH-MDA, vê intenso crescimento de projetos de irrigação para a agricultura. A mineração, se não polui quando ordenada, demanda grande quantidade de água quando realizada empresarialmente. Um plano de bacia deve ser estruturador dessas possibilidades de uso da água.

A lição de Belo Monte: O empreendimento de Belo Monte, no Xingu, indica a dura realidade da implantação de projetos hidrelétricos e minerais sem um planejamento territorial ou de bacia prévios. Entendemos que o governo se mobilizou e está atuante o mais agilmente possível para (re)ordenar o desenvolvimento na região de Altamira, mas nos parece que chegou com atraso, à posteriori. O Tapajós ainda oferece ao governo a chance de um direcionamento das ações promotoras do desenvolvimento sustentável e integrado, de forma antecipada e, portanto, menos custosa. As oportunidades para uma agenda positiva são grandes e um passo determinante está nas mãos do CNRH.

O processo nos Estados: Sendo uma bacia que compreende 03 Estados (Pará, Mato Grosso e Amazonas), um plano de bacia e a gestão exige coordenação federativa. Os Estados do Pará e Mato Grosso são de longe os mais afetados, por abrigarem a maior parte da bacia. Nestes, a gestão dos recursos hídricos é frágil. O quadro técnico é insuficiente em número. Pedidos de outorga se acumulam, com pendências do lado público, mas também do lado dos requerentes. Há clara necessidade de formação e capacitação dentro e fora das SEMAs para gestão das águas! Ao mesmo tempo, estas Secretarias estão buscando formas de reação. No Pará, há uma proposta do executivo, em discussão na Assembleia Legislativa, para criação de Instituto das Águas, desmembrado da Secretaria Estadual. No Mato Grosso, avançam as discussões, inclusive com parceria da TNC, para a realização do Plano de Bacias do Alto Teles Pires. Mais oportunidades...

Uma agenda positiva para o Tapajós: a antecipação da gestão governamental, numa abordagem positiva e antecipada para a bacia do Tapajós é a oportunidade que o CNRH, com a decisão de priorizar a realização do Plano de Bacia do Tapajós. Vislumbramos que tal plano teria um papel importante também potencializar agendas positivas e estruturantes da gestão do desenvolvimento sustentável na região, baseado na floresta, seja num plano de recuperação das APPs e nascentes, seja num plano para utilização do potencial madeireiro da região. Há um interesse privado crescente nesta visão positiva, expandindo a rede de atores e os papéis que têm a desempenhar numa gestão da bacia.

Alinhamentos de receitas para gestão da bacia: Além de impactos negativos, ou positivos, para a agenda socioambiental e para os recursos hídricos da região, os projetos de infraestrutura do Tapajós representam também aportes financeiros diretos para a região, subsídio fundamental para a gestão do seu desenvolvimento. Tomando apenas o setor elétrico como exemplo, 09 das UHEs planejadas para a bacia representarão, quando concluídas, mais de 400 milhões de reais por ano em Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH). O mesmo

estudo sobre a CFURH contratado pela TNC junto ao Instituto Acende revela que quase 165 milhões de reais ao ano fluirão para os municípios da bacia, mais a mesma quantia repartida entre os Estados. Há ainda outros impostos e compensação ambiental derivada do licenciamento... Nos parece claro que as perspectivas de orçamento para a gestão da bacia são positivas, carecendo de um plano de investimento, prioridades e formas de gestão.

O Plano de bacia para o Tapajós na decisão do CNRH: O futuro da bacia do Tapajós está numa encruzilhada. É possível estruturar a gestão do uso das terras e águas da bacia do Tapajós, de forma a minimizar os impactos ambientais negativos dos projetos de infraestrutura e maximizar seus benefícios para a população local e ao país. Com um plano de bacia, entendemos ser possível orientar processos públicos e privados para a compatibilização dos projetos de desenvolvimento com as demandas sociais e econômicas locais e com as perspectivas de conservação de água doce e cobertura florestal. Tal plano, para ser elaborado, demanda a decisão urgente deste Conselho, atuando como orientador desta ação por parte da ANA.

Cordialmente, em nome de uma organização disposta a colaborar,

Ana Cristina Barros
THE NATURE CONSERVANCY
Diretora Regional para Infraestrutura na América Latina
55 61 3421 91 07
55 61 9968 61 60
acbarros@tnc.org